

APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A PESQUISA EM SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA



Silvio Yasui

Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – São Paulo - Brasil



Resumo

O presente texto é uma contribuição do autor para a “IV Jornada de Pesquisa em Psicologia: Desafios atuais nas práticas da Psicologia” e tem por objetivo apresentar apontamentos que possam produzir reflexões sobre a pesquisa e a produção de conhecimento no campo da saúde mental no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira. Partindo de duas histórias narradas por Rubem Alves, que servirão como fio condutor do artigo, reflete-se sobre algumas características do cenário atual da sociedade contemporânea e o papel da produção de conhecimento. Estas reflexões introduzem uma breve análise sobre os impasses da racionalidade científica. Finaliza-se analisando o contexto da Reforma Psiquiátrica, sua proposta de transição paradigmática e apresentam-se alguns temas que norteiam a produção do conhecimento neste cenário.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica. Pesquisa. Saúde Mental.

Introdução

Pode-se caracterizar a Reforma Psiquiátrica como o processo social complexo que produz transformações em quatro dimensões: dimensão epistemológica que produz tensão no paradigma científico que sustenta a concepção do processo de produção da saúde-adoecimento; dimensão técnico-assistencial, que organiza e sustenta as práticas dos profissionais e se traduz por mudanças nos modos de cuidado ao sofrimento psíquico; dimensão político-jurídica, que compõe o processo social histórico no qual a Reforma Psiquiátrica vem sendo construída, a partir especialmente dos movimentos sociais iniciados no final da década de setenta; e, por fim, a dimensão sociocultural, que se refere à construção de um novo lugar social para a loucura, por

meio da transformação do seu imaginário e de suas relações com a sociedade (AMARANTE, 2007; YASUI, 2010, COSTA-ROSA, 2000).

Estas dimensões estão inter-relacionadas e afetam-se mutuamente, constituindo o movimento social que, ao longo dos últimos anos, convoca diferentes personagens (trabalhadores, gestores, usuários, familiares) a enfrentar os diversos desafios que se apresentam para a construção deste projeto que, por ativar mudanças em diferentes dimensões, por sua incompletude e pelas marcas históricas que carrega, apresenta inúmeros desafios.

Neste contexto, o convite a refletir sobre a pesquisa em saúde mental é um convite para refletir sobre a produção do conhecimento no cenário de reformulações, de transição de paradigmas, de profundas mudanças que têm como consequência (ou almeja ter) uma transformação nos modos de produzir cuidado para o sofrimento psíquico. Em um exercício de livre-pensar, pode-se formular algumas questões iniciais: de qual epistêmico olhamos para o sofrimento psíquico? Quais arranjos e estratégias de cuidado produzem-se a partir deste olhar? Como inventar e criar modos distintos de narrar e refletir sobre as potentes experiências que pelo país afora vem mudando a saúde mental, mantendo um rigor epistêmico que seja reconhecido e legitimado como científico, ainda que utilizando de diferentes critérios para sua validação como conhecimento? E quais critérios garantem que se compreendam os modos de pensar, os símbolos, os modos subjetivos de cada experiência singular? Enfim, como produzir conhecimento neste cenário de transição de paradigmas?

Estas são algumas questões para as quais não se pretende aqui apresentar nenhuma resposta definitiva. Trata-se aqui de apresentar algumas perguntas, evidenciar inquietações, esboçar cenários e sugerir temas. Um convite ao exercício de pensar diferente.

Duas histórias para começar

Com o objetivo de refletir, especialmente, sobre os modos de produção do conhecimento científico, apresentam-se, inicialmente, duas pequenas histórias contadas pelo filósofo, educador e psicanalista Rubem Alves (1999). Ele escreveu um pequeno livro intitulado “Entre a ciência e a sapiência – o dilema da educação”, no qual faz importantes reflexões sobre o que é científico.

Na primeira história, ele conta sobre uma aldeia às margens de um imenso rio, cuja outra margem não se avistava. Para os habitantes, este caudaloso rio era um lugar de temor e fascínio e morada de seres misteriosos. Durante muitos anos os habitantes contavam muitas lendas sobre estes seres, sem que ninguém, nunca houvesse capturado um só deles.

Isso foi por gerações, até que um dia, um homem inventou um objeto jamais pensado. Um objeto para capturar essas criaturas: uma porção de buracos amarrados por barbante. Os buracos eram para deixar a água passar. E os barbantes serviriam para capturar as criaturas. Ele criou uma rede.

Muitos riram de sua invenção repleta de buracos e afirmaram que ele não iria pegar nada com aquilo. Sem se importar, armou a rede a noite e foi dormir. No dia seguinte, ao puxar a rede, todos viram um imenso peixe dourado preso nela. Alguns olharam admirados, outros fecharam os olhos e afirmaram que aquilo era obra de feitiçaria e o ameaçaram com a fogueira. Mas muitos ficaram alegres e aprenderam como fazer redes. Muitos tipos de rede foram inventadas. E de tanto fazer redes, pescar peixes e falar sobre redes e peixes, acabaram criando um vocabulário próprio esquecendo-se da língua que os habitantes da aldeia sempre falaram e continuavam falando, exceto aqueles que pescavam e fabricavam redes. E um estranho fenômeno foi acontecendo: apenas o que era falado na língua dos fabricantes de redes era considerado real. Qualquer coisa que não fosse peixe, que não fosse capturado pelas redes, que não pudesse ser falado na língua que criaram, eles recusavam e diziam: “não é real”.

Quando alguém queria falar sobre as nuvens, perguntavam: com qual rede este peixe foi pescado. – Não foi pescado, não é peixe, é nuvem! Retrucavam que sem ser pescado pela rede não poderia existir.

Conclusão dessa primeira história: científico que aquilo que cai nas redes reconhecidas pela confraria dos cientistas que pescam em um grande rio. Mas também há os céus, as matas, repletas de pássaros. As redes da ciência não pescam tudo.

Uma segunda história. Rubem Alves fala da fabricação de pianos relacionando com a ciência. Para fazer pianos exatamente iguais, são necessários critérios rigorosos de medidas: tamanho, peso, tensão. No momento da afinação, há também, delicadeza e precisão de medidas no número de vibração das cordas. Todo este rigor pode ser descrito e expresso em um rigor matemático. Mas o piano, bem fabricado, bem afinado, no centro da sala de concerto não toca sozinho. Piano é um meio e não um fim. Ele precisa da arte de um pianista. Mas aí também nos falta algo. Um pianista sozinho em uma sala de concerto também não produz música. A realidade da música só encontra sentido no prazer de quem a ouve. O prazer é uma experiência qualitativa que só se realiza em ato e em relação. Esta última observação é uma contribuição do autor deste artigo a história.

Estas duas narrativas são provocações para se pensar nos modos como se produz a ciência e nos critérios de produção da verdade. Ambos, construções que trazem a marca do tempo histórico, de suas contradições, limitações e potências. A seguir, pretende-se refletir sobre alguns aspectos deste tempo.

A produção de conhecimento em um mundo em transição.

Eis o limiar do século XXI e avança-se cada vez mais rapidamente para o futuro, habitando um mundo que convoca a todos a refletir sobre o que se deseja para este terceiro milênio. Mundo repleto de paradoxos e contradições que se toma aqui como ponto de partida para pensar os temas e os modos que os pesquisadores têm como matéria para exercer este ofício.

No mesmo instante em que se vive um tempo de alta tecnologia e de progresso intenso em múltiplas áreas de conhecimento melhorando qualidade da vida, tem-se uma produção de excessos. Excesso de informações em tempo real que invadem o cotidiano, bombardeando com notícias e imagens em quantidade tal que deixam paradoxal sensação de torpor e paralisia. Fica-se tão ligado aos acontecimentos do mundo que ele parece por vezes irreal e distante, sendo necessário um desligamento dele.

Mundo do excedente, da superprodução, da oferta exagerada e, por isso, do consumo excessivo, do uso rápido das mercadorias ou da aquisição de produtos inúteis que serão descartados, por vezes, sem sequer terem sido utilizados. O excesso de objetos ofertados neste mercado globalizado deixa um rastro de desnecessários e inservíveis que se acumulam nos lixões urbanos, onde habitam seres humanos quase invisíveis. São pessoas a quem este mundo de abundancia é apenas uma imagem que eventualmente se observa da janela eletrônica de uma TV e que, por outro lado, apenas se sabe de sua existência como mais uma informação das muitas que consumimos. Sobrevivem a cata dos restos descartados de uma sociedade que consome produtos que demandam até a exaustão os recursos deste planeta.

Esta lógica da produção do excedente ou do produto descartável é tão abrangente e avassaladora que não poupa o próprio sujeito da atualidade, constituído como sujeito passível de ser excedente humano, um redundante, descartável, desnecessário para a sociedade ou um estorvo. No Brasil, segundo o censo de 2010 do IBGE, cerca de 50% das famílias vivem com até um salário mínimo per capita. No mundo, pelos critérios de avaliação de pobreza do Banco Mundial, 1,3 bilhão de pessoas viviam com US\$ 1,25 ou menos por dia em 2010, o que equivale a quase um terço da população mundial.

Há uma estreita e incomoda correspondência entre estes dados e a produção científica. Para Alan Touraine (2002), o ideário da modernidade tem na racionalidade científica um dos seus pilares de sustentação. É a razão que estabelece a relação entre a ação humana e a ordem do mundo, anima a ciência e suas aplicações, comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais e coletivas e substitui a arbitrariedade e a violência do Estado, pelo direito e pelo mercado, proporcionando à humanidade o progresso rumo à abundância, à liberdade e à felicidade. Contudo, ao olharmos para os níveis de desigualdade social existentes no mundo, veremos que estas promessas feitas pelos ideais da modernidade de liberdade, igualdade e a solidariedade, ainda estão longe de tornarem-se realidade. Se a sociedade contemporânea deve muito aos avanços da ciência moderna, por outro, esta mesma ciência fracassou em muitas de suas promessas. Para Boaventura Souza Santos:

A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, conduziu a espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre Norte e o Sul. Neste século morreu mais gente de fome do que em qualquer dos séculos anteriores, e mesmo nos países mais desenvolvidos continua a subir a percentagem dos socialmente excluídos, aqueles que vivem abaixo no nível de pobreza (2001, p. 56).

Esta produção de excessos que gera avanços e exclusões implica a todos. No mundo da universidade, as atuais exigências acadêmicas de intensa produção de artigos e de incentivo à competitividade para alcançar algum reconhecimento internacional, transformou o ato de pensar e refletir em uma operação a mais nessa linha fabril.

Neste cenário de globalização da economia, o conhecimento ganha o sentido de valor econômico, refletindo de forma intensa nos objetivos de sua produção como meio de conquista de posições estratégicas no mercado. O ensino, a pesquisa e a extensão da universidade têm norteado, cada vez mais, a sua produção pela lógica de mercado, estabelecendo parcerias com setores produtivos. Para Marilena Chauí (2001), esta lógica tem reflexos sobre a questão da qualidade da produção de conhecimento definida como competência e excelência, cujo critério é o atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social. Sua régua é orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Para esta autora, a partir dos anos 90, a Universidade deixou de ser uma instituição social e passou a ser uma organização, uma *Universidade Operacional*, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível e estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional.

Neste cenário de valoração excessiva e perniciosa do mercado, pensar o lugar da pesquisa e da Universidade como instituição social é uma tarefa e um desafio que se coloca a todos. Ainda com Marilena Chaui ela nos diz que

[...] se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; se por pesquisa entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então, é evidente que não há pesquisa na universidade operacional (2001, p.193).

Retornando a Boaventura Souza Santos, que tem trabalhado no tema da crise das ciências, ele afirma que não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento (SANTOS, 2007). Falando especificamente sobre as ciências sociais, este autor afirma que temos que reinventar as ciências sociais porque são um instrumento precioso; depois de trabalha-las epistemologicamente, devemos fazer com que elas sejam parte da solução e não do problema.

Retornando às histórias narradas inicialmente, embora de importância, as redes não servem para tudo. Precisamos inventar formas para capturar, por exemplo, as nuvens, para contar sobre as matas e os pássaros. Precisamos legitimar como válido e científico essas outras línguas, que não aquelas que falam apenas sobre redes e peixes.

É neste contexto de crítica ao paradigma científico e de sua racionalidade que o processo da Reforma Psiquiátrica aponta para uma importante ruptura com o modo psiquiátrico de olhar e compreender esta estranha e complexa experiência humana que podemos genericamente nomear de loucura. Há uma dimensão epistemológica na Reforma Psiquiátrica que se caracteriza pelo conjunto de questões que se situam na produção dos saberes e demandam a desconstrução dos conceitos fundantes da psiquiatria, tais como doença mental, alienação, isolamento, terapêutica, cura, saúde mental, normalidade, anormalidade. Propõe-se uma reconstrução/invenção de um novo marco teórico e de novos operadores conceituais.

Trata-se não apenas de um novo olhar para o mesmo objeto. Mas da ruptura epistemológica que descortina um campo complexo de dimensões e nos instiga a produzir conhecimento sobre as relações possíveis de serem feitas, construídas, tecidas. Produção de novos conceitos para novos problemas e objetos.

Para situar melhor esta complexa questão, a seguir, pretende-se traçar algumas

características do paradigma da racionalidade científica moderna e de seus efeitos na racionalidade psiquiátrica.

Os impasses da racionalidade científica.

O modelo de racionalidade científica da modernidade nasce no século XVI como uma revolução que irá se impor como modelo global e totalitário que nega o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não se pautam pelos seus princípios epistemológicos e por suas regras metodológicas.

Modelo que extrai da matemática sua lógica de investigação e seu instrumento privilegiado de análise. Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas principais consequências: a primeira é a de que conhecer significa quantificar. O rigor científico será dado pelo rigor dos cálculos e das medições. As qualidades do objeto serão menos importantes do que as suas características que possam ser quantificadas e mensuradas. A segunda é de que conhecer significa simplificar. Ou seja, o método científico assenta-se na redução da complexidade. Para conhecer é necessário dividir, classificar e, depois, estabelecer as relações entre as partes.

O conhecimento científico é causal e aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos. Isto pressupõe a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro. O mundo é uma máquina cujas operações podemos determinar, decompondo suas partes e estabelecendo as suas relações. O modelo newtoniano do mundo-máquina é a melhor imagem para sintetizar a grande hipótese universal da época moderna: o determinismo mecanicista, que é o horizonte de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido mais por capacidade de dominar e transformar do que de compreender profundamente o real.

A psiquiatria, na sua tentativa de constituir-se como conhecimento, busca aplicar o modelo da racionalidade científica moderna ao funcionamento do psiquismo, embora ela tenha sempre encontrado grandes dificuldades em se constituir como especialidade com um saber advindo da racionalidade médica.

Foi somente a partir dos anos 50 do século XX, com as descobertas da psicofarmacologia e, sobretudo, nos anos 80 e 90, com o desenvolvimento das neurociências, que a psiquiatria conquistou seu *status* de ciência e de especialidade médica. Pode, afinal, seguir o modelo global e totalitário da racionalidade científica, negando e/ou invalidando todas formas de conhecimento sobre o psiquismo que não se guiam pelos princípios epistemológicos e por suas regras

metodológicas. Uma parcela significativa dos psiquiatras e dos cientistas das chamadas neurociências aponta, por exemplo, para o fim da psicanálise como forma de conhecimento e de tratamento. O principal argumento defendido pelos neurocientistas é a potencial descoberta e o domínio dos processos cerebrais responsáveis pelos diferentes estados da psique. Com isso o funcionamento psíquico seria redutível a estes processos e totalmente explicável em linguagem neurobioquímica.

Podemos pensar que, para os cientistas da psiquiatria orgânica, não existem nuvens, nem matas e nem pássaros.

Assim, por exemplo, a depressão é entendida como alteração do estado de humor produzida por disfunção na captação da serotonina no nível sináptico, cuja terapêutica adequada é a ingestão de uma classe específica de medicamento denominada anti-depressivo, preferencialmente de última geração. Embora possa haver fatores externos intervenientes, eles serão sempre secundários e a “boa conduta psiquiátrica” indica primazia do tratamento psicofarmacológico. Cumpre-se aqui com um dos princípios fundamentais da racionalidade científica moderna: simplificar para conhecer. A vida humana é por demais complexa, repleta de nuances, contradições e paradoxos. A tristeza que ela nos causa não pode ser compreendida se todos esses aspectos forem levados em consideração. Portanto, para esta racionalidade, o homem é uma máquina que deve possuir um funcionamento padrão ótimo e tudo aquilo que se desviar deste padrão/normalidade, deve sofrer uma intervenção para readequá-lo, readaptá-lo, corrigi-lo. A depressão é recortada da “sujeira” da vida cotidiana, isolada e estudada naquilo que de fato conta para este tipo de ciência: seus processos bioquímicos.

Como ser infeliz em uma sociedade industrial moderna que a tudo possibilita? Há um ideal de felicidade contemporânea que pode, e deve, ser adquirido em pílulas. O sujeito não pode querer ficar de fora. Na cultura da exaltação desmesurada do eu, não existe mais lugar para os deprimidos. Eles são execrados, lançados no limbo da cena social, já que representam a impossibilidade de serem cidadãos da sociedade do espetáculo.

Retorna-se aqui ao tema inicial da sociedade do excesso e da abundância que tem como subproduto, estados psíquicos que revelam inquietude, desassossego, mal-estar nesta passagem de milênio. A produção de conhecimento sobre o humano assentado exclusivamente sobre a racionalidade científica moderna, utilizando-se apenas dos rituais de verdade acima apontados, tem se mostrado insuficiente para responder as crescentes demandas deste mundo contemporâneo

do terceiro milênio.

A Reforma Psiquiátrica e a transição paradigmática ou sobre os temas de pesquisa em saúde mental

Sintetizando: o modelo psiquiátrico tradicional, construído historicamente a partir do século XVIII, tem como objeto central de seu domínio e de sua intervenção a doença mental. Há um distúrbio que se localiza no corpo e que se manifesta em alterações nas formas de ser e de existir do sujeito, fugindo a um padrão de normalidade. Distúrbio que pode ser reduzido em sua determinação a fatores localizáveis no organismo. Este olhar sobre o objeto pressupõe um marco teórico conceitual e instrumentos conceituais de análise que se situam no campo da psiquiatria que, ainda carente de consistência científica, almeja estabelecer relações e ingressar no campo das neurociências.

A estratégia de intervenção, que daí decorre, será predominantemente biológica, ou seja, essencialmente psicofarmacológica, sendo que outras disciplinas comparecem apenas como coadjuvantes. O isolamento será a estratégia adequada para o enfrentamento das crises que não podem ser silenciadas.

Objeto, marco teórico e estratégia de intervenção definem a lógica marcada pela racionalidade científica, a qual terá, na figura do médico, o seu principal agente do cuidado, tendo como consequência a subordinação da prática de outros profissionais às suas decisão e orientação, caracterizando assim o modelo médico-centrado e a hierarquização das profissões no interior das instituições.

Isolar para conhecer e conhecer para dominar. Estes são os postulados que legitimaram o hospital psiquiátrico como *locus* deste paradigma. Porém, sua lógica não se restringe ao espaço físico asilar e se atualiza mesmo nas instituições que, aparentemente, se propõem alinhadas com os modelos substitutivos.

A prática social decorrente deste modo é a do controle social, da exclusão do diferente e da violência institucionalizada.

Já a Reforma Psiquiátrica, propõe a construção de um novo paradigma: a atenção psicossocial, que vem sendo tecido ao longo dos últimos anos, com os múltiplos fios de diferentes e diversas disciplinas e experiências concretas. Rompendo com o paradigma psiquiátrico e, por conseguinte, com a racionalidade médica, trata-se aqui de tomar a existência humana em sua complexidade. E nela, o sofrimento psíquico.

Falar de sofrimento significa falar da dor do corpo, da ansiedade, da angústia. Sofrimento também remete ao sofrimento de viver, das dificuldades impostas pelo modo de vida, marcado pela dimensão social, pela penúria, pela miséria. Agregar o termo psíquico à palavra sofrimento, não significa estabelecer uma divisão ou um corte entre mente/corpo. Significa enfatizar. A Atenção Psicossocial olha para a complexidade da existência humana, por este viés da singularidade, da subjetividade. Ou seja, inclui esta dimensão que compreende a intrínseca relação entre o conjunto de conteúdos da consciência e do inconsciente humano, que estão presentes nos estados e processos da experiência subjetiva e que se constituem/constroem/tecem na relação do sujeito com o seu entorno social, familiar, cultural e etc.

Entender o sofrer e a vida em sua complexidade é assumir, como pressuposto epistêmico, o lugar que contemple e sustente esta diversidade de olhares. Estamos, pois, no campo nomeado por Edgar Morin (2002, 2003) como o da complexidade, ou por Boaventura Souza Santos (1987, 2001) como de um paradigma prudente para uma vida decente, ou de Prigogine e Stengers (1997), como sendo o de uma *Nova Aliança*. Adota-se uma postura de profunda humildade frente à diversidade e a um aberto e intenso diálogo que cruza e perpassa as diferentes disciplinas.

Desta perspectiva e marco teórico, pode-se pensar em estratégias de cuidado que produzam e promovam a autonomia e a singularização do sujeito. E estas serão, também, da ordem da diversidade e da multiplicidade. Nesse sentido, o conceito de clínica se transforma. Não a clínica inspirada no reclinar-se sobre o leito do paciente, com olhar de quem observa e busca a doença. Lugar onde as identidades dos participantes estão predefinidas. Mas a clínica do encontro, da invenção e da produção de sentidos.

Assim o lugar será qualquer um onde houver possibilidade de encontro com a vida e com a autonomização do sujeito. Um serviço substitutivo deve necessariamente ser pensado como um dispositivo que tece (no sentido de trabalhar a urdidura e a trama) e ativa uma rede de cuidados.

Os agentes serão os coletivos, mais do que as equipes multiprofissionais que apenas se constituem de profissionais compartilhando o mesmo espaço. Serão os cuidadores de distintas profissões e de distintas instituições que se propõem a articular e construir/inventar esse dispositivo de cuidado. E mais além: serão os familiares, os amigos, os colegas da escola, do trabalho, enfim, todo aquele que se puder implicar nesta ampla rede de cuidados.

Há uma ética que perpassa todo esse trabalho. Ele só pode ser concretizado como uma prática social que sonha utopias, que trabalha e acredita em uma sociedade mais justa e

igualitária, que respeite radicalmente as diferenças. Só pode ser então uma prática norteada pela perspectiva da transformação social, ainda que ela seja uma utopia. Mas que seja uma utopia ativa, cujo percurso se concretiza a cada gesto cotidiano de cuidado com o sofrimento psíquico.

Eis dois temas para a pesquisa no campo da saúde mental:

- Tomar a vida na sua complexidade. Não há explicação baseada exclusivamente na causalidade biológica (ou qualquer outro reducionismo: social, psicológico) capaz de dar conta da complexidade do existir e do sofrer humano.

- Inventar estratégias de cuidado que consideram a singularidade das diferentes existências que habitam múltiplos e distintos territórios. Se há um sentido no conhecimento científico que emergirá nesta crise paradigmática, será aquele que dará respostas aos desafios locais, articulando diferentes disciplinas e saberes para dar conta das demandas dos espaços sociais que vivemos.

Para isso é necessário inventar outros modos de olhar e ouvir o mundo. Se as redes são excelentes para pegar os peixes, temos que criar outros modos para pegar as nuvens e reconhecer a existência delas. Há uma linguagem a ser legitimada como ciência. Se a matematização é necessária para a produção de pianos, necessitamos do encontro para produzir música.

Há muito o que inventar e criar. São desafios que se colocam a todos neste milênio.

Buscando aprender com a história, ficam no ar algumas perguntas: que mundo se quer construir para as futuras gerações? Que ferramentas de produção de conhecimento serão utilizadas? Irão instrumentalizar a destruição do futuro? Ou se buscará novos modos de habitar este mundo?

REFLECTING ON MENTAL HEALTH RESEARCH IN THE CONTEXT OF PSYCHIATRIC REFORM

Abstract

This paper is a contribution to the "IV Journey Research in Psychology: current challenges in the practice of psychology." The goal of this paper is to present some notes to produce reflections on research and the production of knowledge in the field of mental health in the context of the Brazilian Psychiatric Reform. Starting from two stories narrated by Ruben Alves, is intended to reflect on the characteristics of the current scenario of contemporary society and the role of knowledge production. These reflections will lead to a brief analysis of the impasses of scientific rationality. At the end, will be analyzed the context of psychiatric reform, his proposal of paradigmatic transition and will be presented some themes that guide the production of knowledge in this scenario.

Barbarói, Santa Cruz do Sul, v.36, ed. esp., p.19-30, jan./jun. 2012

Keywords: Psychiatric Reform. Research. Mental Health.

Referências

ALVES, R. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo. Editora UNESP, 2001.

COSTA-ROSA, A. O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao Modo Asilar. In: AMARANTE, Paulo (org.). *Ensaio- subjetividade, saúde mental e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000, p. 141-168.

MORIN, E A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, C.; LARRETA, E. *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 69-77.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

SANTOS, B.S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Volume: A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Ed. Afrontamento, 1987.

TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. 7ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

YASUI, S. *Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010.

Sobre o Autor:

Silvio Yasui é doutor em Saúde Pública pela ENSP-FIOCRUZ, docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis-SP. E-mail: syasui@assis.unesp.br